

EVOLUÇÃO DO PIB DO BRASIL PELA ÓTICA DA OFERTA: 2011-2019**EVOLUTION OF BRAZIL'S GDP FROM THE VIEWPOINT OF THE SUPPLY: 2011-2019**

Joao de Souza Goncalves*

* Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP/EAESP)

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a evolução do PIB do Brasil pelo lado da oferta no período de 2011-2019. Os dados foram obtidos do Sistema de Contas Nacionais, do IBGE, e a revisão bibliográfica foi baseada nos autores Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018), Bruno (2021), Carvalho (2018), Mello e Rossi (2018), Oreiro e de Paula (2021), Paim e Lara (2018), Serrano e Summa (2012), Serrano e Summa (2015) e Vernengo (2011). Os principais resultados encontrados foram que o PIB real apresentou o menor crescimento das últimas sete décadas. Em termos de variação no volume de produção, a agropecuária foi o setor que mais cresceu no acumulado, seguida pelo setor serviços, enquanto a indústria apresentou retração, decorrente da queda na indústria de transformação e de construção. Em termos de contribuição em pontos percentuais para o crescimento do PIB, o setor serviços apresentou a maior contribuição, vindo na sequência a agropecuária, por outro lado, a indústria gerou uma contribuição negativa. De 2011 para 2019, verificou-se a expansão da participação relativa do setor serviços no PIB total e a tendência de manutenção do processo de desindustrialização, principalmente nos segmentos indústria de transformação, de construção e extrativas. Os impostos sobre produtos líquidos de subsídios também diminuíram de participação no PIB.

Palavras-chave: PIB, Indústria, Serviços.**ABSTRACT**

The purpose of the article is to analyze the evolution of Brazil's GDP on the supply side in the period 2011-2019. Data were obtained from the IBGE's System of National Accounts, and the literature review was based on the authors Biancarelli, Rosa and Vergnhanini (2018), Bruno (2021), Carvalho (2018), Mello and Rossi (2018), Oreiro e de Paula (2021), Paim and Lara (2018), Serrano and Summa (2012), Serrano and Summa (2015) and Vernengo (2011). The main results found were that real GDP showed the lowest growth in the last seven decades. In terms of variation in the volume of production, agriculture was the sector that grew the most in the accumulated, followed by the services sector, while the industry showed a retraction, due to the fall in the manufacturing and construction industry. In terms of percentage point contribution to GDP growth, the services sector presented the largest contribution, followed by agriculture, on the other hand, industry generated a negative contribution. From 2011 to 2019 data, there was an expansion in the relative participation of the services sector in the total GDP and the maintenance the deindustrialization process, mainly in the manufacturing, construction and extractive industry segments. Taxes on products net of subsidies also decreased in share of GDP.

Keywords: GDP, Industry, Services.

A produção econômica consiste em uma atividade social na qual o ser humano adapta os recursos da natureza com a finalidade de produzir bens que satisfaçam as suas necessidades, tanto as básicas como as coletivas. Neste sentido, a medição da produção econômica passa a ser necessária para poder-se avaliar sua evolução, quais necessidades estão sendo atendidas e como as classes sociais estão se apropriando da produção. A preocupação de mensurar a produção sempre fez parte das teorias econômicas desde os fisiocratas, passando pelos clássicos, marxistas e neoclássicos. John Maynard Keynes (2012), na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, discutiu sobre os conceitos de produção, renda e demanda e seus componentes, integrando-os em uma teoria macroeconômica, que procura explicar as flutuações do nível de emprego e renda a partir da demanda efetiva.

O PIB pode ser avaliado pela ótica da renda, demanda e produção. A ótica da produção ou da oferta possibilita ver a contribuição de cada um dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) para o valor adicionado, permitindo analisar as mudanças estruturais na produção econômica.

O Brasil passou por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas ao longo do século XX. A população passou de 17 milhões em 1900 para quase 170 milhões em 2000. De 1950 a 2000, o PIB brasileiro aumentou 12,6 vezes, houve melhora nos indicadores sociais, com redução das taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de natalidade, de crescimento demográfico, de fecundidade e da razão de dependência. Aumentou a esperança de vida ao nascer, a participação da população em idade ativa e dos idosos em relação à população total, a participação dos domicílios atendidos por redes de água canalizada, de tratamento de esgoto e de coleta de lixo e o número de anos de escolaridade da população. Essas melhoras nos indicadores sociais foram possíveis devido ao crescimento econômico alcançado no período e de mudanças no sistema de representação política e das instituições.

Até os anos 1920 o país era eminentemente agrícola, a maioria da população vivia na área rural e dependia da exportação de produtos agrícolas. A partir da década de 1930, a industrialização e urbanização ganham impulso com o Processo de Substituição de Importações (PSI), a estrutura produtiva vai mudando com o aumento

da participação relativa da indústria manufatureira e o decréscimo da participação do setor agropecuário no PIB, fazendo o país depender cada vez mais do mercado interno. Em 1950, tanto a participação da agropecuária e da indústria no PIB era de cerca de 25% cada e, em 1990, a participação da agropecuária declina para apenas 10% enquanto a indústria aumenta sua participação para cerca de 35%. O Brasil vai se tornando gradativamente um país industrializado e urbano, mas com profundas desigualdades sociais e regionais.

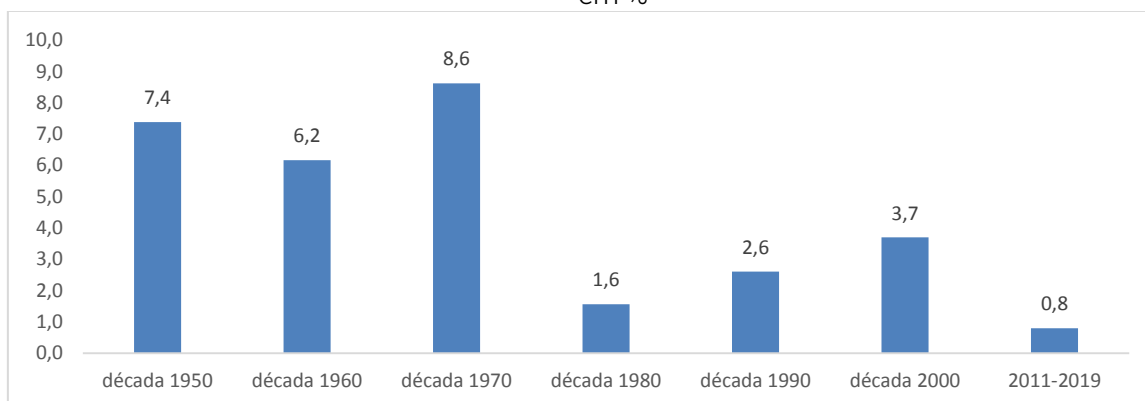
O objetivo deste artigo é analisar a evolução do PIB brasileiro a partir da ótica da oferta no período 2011-2019. A fonte básica de pesquisa são as Contas Nacionais, divulgadas pelo IBGE. Avalia-se o PIB a partir dos setores agropecuária, indústria e serviços, e, também dos seus segmentos, procurando verificar a evolução da taxa de variação no volume de produção, a contribuição em pontos percentuais de cada setor ou segmento para o resultado final do PIB anual e a participação relativa dos setores e segmentos no valor adicionado bruto. Utiliza-se como fontes para analisar a evolução da política econômica e da conjuntura do período, principalmente, os trabalhos de Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018), Bruno (2021), Carvalho (2018), Mello e Rossi (2018), Oreiro e de Paula (2021), Paim e Lara (2018), Serrano e Summa (2012), Serrano e Summa (2015) e Vernengo (2011).

Na primeira seção, avalia-se a evolução da economia brasileira. A seção dois procura analisar a composição do valor adicionado bruto no período 2011-2019 pelos setores e principais segmentos econômicos e, por fim, a seção três apresenta as considerações finais.

2 DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira foi uma das que mais cresceu no mundo desde o início do século XX até os anos 1970. Na década de 1950, o PIB real cresceu em média 7,4% ao ano (a.a.), na de 1960, 6,2% a.a. e na de 1970, 8,6% a.a., conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa média anual de crescimento do PIB real do Brasil por décadas, 1950-2019, em %



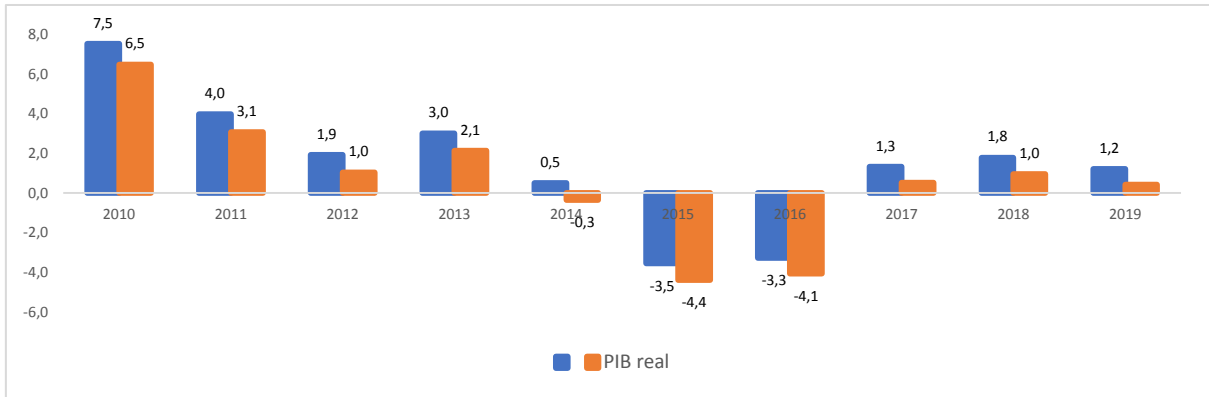
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2021).

Mas, a partir de então, a situação muda radicalmente, crescendo apenas 1,6% a.a. em média na década de 1980, no período da crise da dívida externa, e 2,6% a.a. na década de 1990, no período da hiperinflação e do início do Plano Real (Gráfico 1).

Na década de 1970, o PIB real mais do que dobrou (128,8%) e nas décadas de 1980, 1990 e 2000 cresceu, no acumulado, 16,8%, 29,3% e 43,6%, respectivamente. A se confirmar a queda do PIB em 2020 de 3,9%, observada pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, o Brasil terá crescido na década de 2010 no acumulado irrisórios 2,7%. Se a década de 1980 era considerada a década perdida, a década de 2010 pode ser chamada de a década da estagnação econômica.

Conforme o Gráfico 2, entre 2011 e 2014, o PIB cresceu, mas com uma tendência de desaceleração, aumentou 4% em 2011 e apenas 0,5% em 2014. No acumulado, no quadriênio 2011-2014, o PIB real cresceu 9,7% e o PIB per capita, 6%. Os anos de 2015 e 2016, período da crise política, social e institucional, marcaram uma significativa crise econômica, com o PIB declinando 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016 e, no acumulado, o PIB real e o per capita diminuíram 6,7% e 8,3%, respectivamente. Entre 2017 e 2019 houve uma pequena recuperação, em 2017 o PIB aumentou 1,3%, em 2018, 1,8% e em 2019, 1,2% e, no triênio 2017-2019, cresceu no acumulado 4,4% e o PIB por habitante, 1,9%.

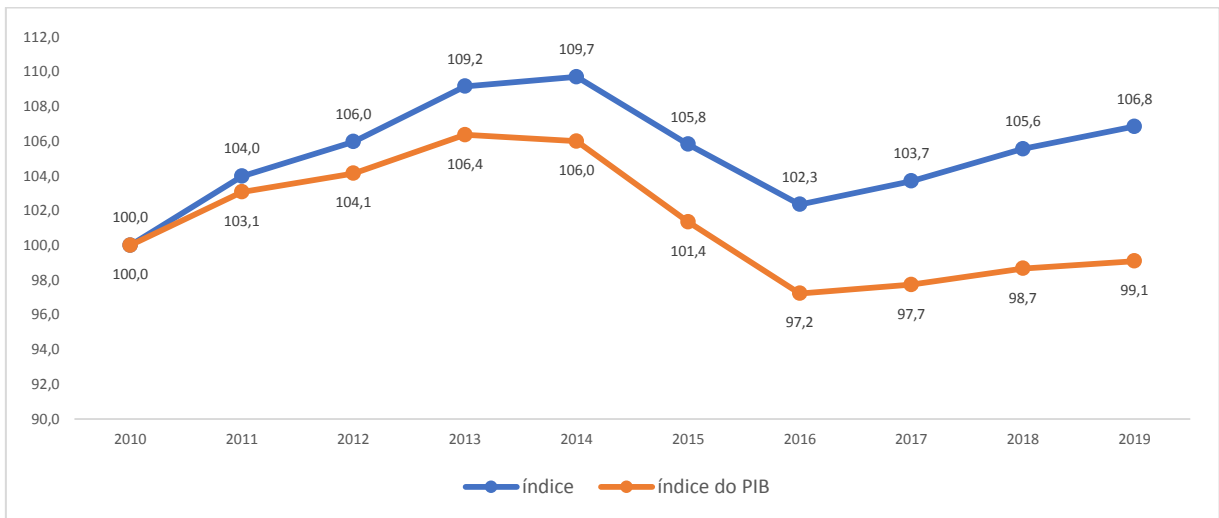
Gráfico 2 - Variação do PIB real e PIB real per capita, 2010-2019, em %



Fonte: IBGE (2021).

O crescimento do PIB real per capita no triênio 2017-2019 foi insuficiente para compensar a enorme perda ocorrida no período da crise de 2015 e 2016, tanto que o PIB real de 2019 foi 2,6% menor que o de 2014. Assim de 2011 para 2019 o PIB real aumentou apenas 6,8% e o PIB per capita diminuiu 0,9% (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Índice do PIB real e do PIB real per capita, 2010-2019, (base 2010 = 100)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2021).

No período 2003-2010, o Brasil foi governado pelo presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). Lula nomeou Henrique Meirelles para o Banco Central, Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda e Guido Mantega para o Ministério do Planejamento. De 2003 a 2005 prevaleceu uma política econômica ortodoxa baseada na busca de superávits primários crescentes e de taxas de juros reais e nominais, embora declinantes, ainda muito elevadas. O crescimento econômico do Brasil foi puxado pela demanda externa, por meio do crescimento das exportações de

commodities, que tiveram significativos aumento de preços e de volume, decorrente do crescimento da economia mundial e, principalmente, do expressivo crescimento da China. Na área social, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os programas sociais do governo e visava reduzir a pobreza e redistribuir renda.

A partir de março de 2006, houve uma mudança na política econômica, com a substituição de Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda e a demanda interna passou a liderar o crescimento econômico, por meio do aumento dos investimentos públicos e do consumo das famílias. Segundo Carvalho (2018), esse período foi baseado em três pilares: o da distribuição de renda, o do acesso ao crédito e dos investimentos públicos. Em relação ao pilar da distribuição de renda, houve uma expressiva expansão do número de famílias atendidas e do valor médio do PBF, aumentos reais do salário mínimo, que reduziram as disparidades da renda entre os rendimentos da base da pirâmide social e da renda média dos ocupados. A melhora na distribuição pessoal e funcional da renda estimulou a demanda por serviços em geral e pela construção civil, que são setores que empregam força de trabalho menos qualificada. Essa política, por um lado, fez com que aumentasse a participação do setor serviços e da construção civil no PIB, mas, por outro lado, diminuiu a participação no PIB da indústria de transformação, que emprega uma força de trabalho mais qualificada, tem uma produtividade maior e que paga salários mais elevados.

Houve uma expansão significativa das operações de crédito em relação ao PIB, que passaram de 29,2% em 2006 para 43,9% em 2010, tanto em relação ao crédito direcionado como o de recursos livres, e uma tendência de queda nas taxas de juros, decorrente da redução da taxa básica de juros da economia, a SELIC, de 18% a.a. no início de janeiro de 2006 para 10,75% a.a. em dezembro de 2010, tendo atingida a taxa mínima de 8,75% a.a. em julho de 2009. Foi criado, em 2003, o crédito consignado, que por ter uma garantia maior, era concedido com taxas de juros menores e prazos maiores, aumentando a inclusão financeira da população. A expansão do crédito, aliado ao aumento do nível de emprego, da renda e da formalização dos empregos e dos negócios estimularam o aumento de consumo das famílias. O governo federal aumentou os gastos com investimentos na infraestrutura econômica, social e de logística, que passaram a ser o principal determinante do

crescimento econômico. Por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, houve aumento dos investimentos nas áreas de energia, habitação, saneamento, rodovias, aeroportos, ferrovias, hidrovias e portos. Ocorreu também uma mudança na base de cálculo do superávit primário, permitindo excluir os investimentos das estatais, possibilitando a abertura de um espaço maior para o governo federal investir.

No período 2006-2010, houve uma conjuntura internacional favorável, com aumento dos preços das commodities, que aumentou 10,5% em média a.a., e maior liquidez internacional, que favoreceu o crescimento econômico dos países emergentes, incluindo a América Latina e o Brasil. Por um lado, o cenário externo favorável, juntamente com políticas econômicas ativa, fez com que o Brasil atingisse taxas maiores de crescimento econômico, com expansão do consumo das famílias e do investimento, mantendo a inflação sob controle e melhorando as contas do setor público. Mas, por outro lado, a excessiva valorização cambial, devido ao diferencial de juros do Brasil em relação ao exterior, atraiu capital financeiro para o país, gerando uma piora na balança comercial e déficit em transações correntes. A valorização cambial reduziu o preço dos produtos importados, tendo um papel importante no controle da inflação do período e na viabilização dos aumentos reais dos salários (CARVALHO, 2018; SERRANO e SUMMA, 2015; VERNENGO, 2011).

3 EVOLUÇÃO DO PIB PELA ÓTICA DA OFERTA: 2011-2019

Esta seção está subdividida em três subseções. A seção 2.1 aborda o período 2011-2014, quando houve a desaceleração do crescimento da economia brasileira. A 2.2 estuda o período 2015-2016, quando ocorreu uma gravíssima crise econômica. Na 2.3, avalia-se o período 2017-2019, quando a economia apresenta uma tímida recuperação, mas pode-se considerar um período de estagnação.

3.1 O PERÍODO 2011-2014

A equipe econômica de Dilma Rousseff, que assumiu em 2011, entendia que o modelo anterior herdado do governo Lula era baseado no real valorizado e em taxa de juros elevada, que prejudicavam a competitividade do país, geravam desequilíbrios externos, fragilizavam o setor industrial e de que o PIB estava próximo do seu valor potencial, inviabilizando a manutenção, nos anos seguintes, do crescimento

econômico alcançado em 2010 de 7,5%. Seria necessário, portanto, adotar um novo modelo, chamado de *Nova Matriz Econômica* ou de “industrialista” segundo alguns autores, baseado em juros mais baixos e em uma taxa de câmbio desvalorizada, modelo também defendido pelos empresários industriais por meio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Como a inflação já vinha pressionada pelo aumento dos preços dos serviços, a desvalorização do real deveria acelerar a inflação. Para evitar o estouro do teto da meta de inflação, a equipe econômica procurou adotar uma política fiscal mais restritiva, contendo a expansão dos gastos públicos, principalmente dos investimentos públicos (CARVALHO, 2018 e MELLO; ROSSI, 2018).

O setor de serviços é, em geral, em comparação com o setor industrial, intensivo em trabalho, tem baixa sofisticação tecnológica e é menos produtivo. Como o setor não sofre concorrência internacional, a melhora na distribuição de renda na base da pirâmide social ocorrida no período 2006-2010 fez com que os aumentos de custos fossem repassados mais facilmente para os preços. Devido à aceleração da inflação ao longo de 2011, o Banco Central começou a aumentar a taxa básica de juros de 10,75% a.a. no início de janeiro para 12,25% a.a. em agosto. À medida que o governo elevou a meta de superávit primário, o Banco Central interrompeu o aumento da taxa básica de juros e passou a reduzi-la, de 12,5% em agosto de 2011 até atingir 7,5% a.a. em outubro de 2012. Para fazer com que a redução da taxa SELIC chegasse aos tomadores finais de crédito, o governo reduziu as taxas de juros dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), visando reduzir os spreads dos bancos privados. Como a taxa de captação dos recursos do Tesouro Nacional era maior que as taxas de juros praticadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os financiamentos do banco eram subsidiados, sendo a diferença coberta pelo Tesouro Nacional, impactando as contas públicas e a dívida pública bruta do governo federal (CARVALHO, 2018).

Ao longo do governo Lula, a valorização cambial era usada como um instrumento de combate à inflação, pois barateava os produtos e os insumos importados, aumentando a concorrência com os produtos nacionais. Na medida em que o governo Dilma buscava incentivar a desvalorização do real o que tende a aumentar a inflação, o governo passou a represar os preços administrados, como o

da gasolina e da energia elétrica, para tentar cumprir as metas de inflação e para reduzir os custos dos empresários.

As desonerações tributárias foram utilizadas pelo governo Lula como uma medida anticíclica para fazer frente a crise mundial de 2008, iniciada no mercado de hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos. Mas, no governo Dilma 1, as desonerações passaram a ser um instrumento permanente e um dos principais da política fiscal e visavam estimular os investimentos do setor privado, por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos segmentos de máquinas e equipamentos, material de construção, caminhões e veículos, desonerando a folha de pagamentos e produtos da cesta básica. Houve uma grande ampliação dos segmentos beneficiados pelas desonerações sem a devida transparência, o que levantou a suspeita de que o critério básico para a sua concessão era a possível influência política dos grupos de maior poder econômico.

Em maio de 2013, o Banco Central dos Estados Unidos anunciou o início da redução do estímulo monetário que era dado por meio da compra de títulos públicos, afetando negativamente os países emergentes, que tiveram uma expressiva saída de capital e, por consequência, a desvalorização de suas moedas, além de queda nos preços das ações negociadas na Bolsa de Valores locais e do aumento significativo das taxas de juros. No caso do Brasil, a taxa básica de juros passou de 7,5% a.a. em abril de 2013 para 11,75% a.a. em dezembro de 2014. O cenário internacional era adverso, denotando o fim do *boom* do ciclo das commodities. Em média o preço das commodities caiu 7% a.a. no período 2011-2014, ante um aumento de 10,5% a.a. no período 2006-2010. Ainda em 2013, a instabilidade política aumentou em função das grandes manifestações de rua (CARVALHO, 2018).

Ao longo do governo Dilma 1, a forte desaceleração do crescimento econômico, o crescimento menor da arrecadação tributária e as desonerações tributárias e os subsídios creditícios geraram uma sobrecarga fiscal, reduzindo o resultado primário do setor público, que passou de superavitário em 2011 a 2013 para deficitário a partir de 2014. A dívida pública bruta em relação ao PIB aumentou em 2014, em parte, devido à desaceleração econômica e ao maior encargo com pagamento de juros da dívida, decorrente da elevação da taxa SELIC e da taxa de inflação (CARVALHO, 2018).

As desonerações tributárias, os subsídios concedidos pelo governo aos empresários e a desaceleração do investimento público não se traduziram na forte expansão esperada pelo governo da taxa de investimento do setor privado, que passou de 16,1% em 2011 para 16,6% em 2013, e da taxa de investimento da economia, que aumentou de 20,6% em 2011 para 20,9% em 2013 e depois caiu para 19,9% em 2014. A política de desonerações e a queda de participação dos investimentos públicos geraram um aumento das margens de lucros das empresas beneficiadas, uma significativa desaceleração econômica, um aumento da capacidade ociosa, um aumento dos estoques das empresas e uma deterioração das contas públicas. Parte das empresas que tinham recursos disponíveis preferiam aplicar os recursos no mercado financeiro, gerando um lucro não operacional nos balanços, ao invés de investir na ampliação da capacidade produtiva e na criação de novas vagas de emprego (BRUNO, 2018; CARVALHO, 2018; SERRANO, SUMMA, 2015).

À época das eleições de 2014, o quadro econômico era de deterioração. De um lado, havia a desaceleração da economia e do consumo das famílias, redução da taxa de investimento e das exportações, déficit em transações correntes elevado, piora nas contas públicas com o ressurgimento do déficit primário, aumento da dívida pública e aceleração da inflação devido, principalmente, à desvalorização do real (CARVALHO, 2018). Todavia, por outro lado, o mercado de trabalho continuava aquecido, com uma baixa taxa de desemprego (7,4% em média em 2012 e 6,8% em média em 2014), com rendimentos reais em crescimento (+5,4% entre 2012 e 2014) e redução da taxa de informalidade do trabalho, que se traduziram em uma pequena melhora na distribuição de renda, com o Índice de Gini diminuindo de 0,54 em 2012 para 0,526 em 2014.

Dilma, então candidata à reeleição, creditava à crise internacional pela desaceleração da economia brasileira e dizia que não iria praticar a receita ortodoxa tradicional de redução de salários, desemprego e aumento de impostos. O principal candidato da oposição Aécio Neves defendia a política de austeridade, com geração de superávits primários para reduzir a dívida bruta e líquida em relação ao PIB, a limitação do gasto público ao crescimento do PIB e a busca da convergência da taxa de inflação para a meta (CARVALHO, 2018). Dilma venceu a eleição presidencial de

2014 no segundo turno por uma margem apertada de votos em uma eleição muito tensa e disputada.

O PIB a preços de consumidor soma os valores adicionados brutos a preços básicos dos três setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços) e os impostos sobre os produtos deduzidos os subsídios. A participação dos impostos sobre os produtos, deduzidos os subsídios no PIB, apresentou tendência de queda no período 2010-2014. Representou, em média, 15% no biênio 2011-2012 e a partir de 2013 passou a apresentar uma redução, atingindo 14,6% do PIB em 2013 e 14%, em 2014.

Durante o período 2011-2014, o valor adicionado bruto (VAB) total cresceu 8,9% no acumulado, de acordo com a Tabela 1. O VAB da indústria apresentou queda em dois anos (2012 e 2014) e foi o setor que menos cresceu (+4%), com destaque positivo para a indústria de construção (+14,2%), que foi impulsionada pela forte expansão do crédito e por taxas de juros menores, e com destaque negativo, para a indústria de transformação (-2%). O setor serviços teve um crescimento contínuo no período, acumulando um incremento de 10,5%, e todos os seus sete segmentos apresentaram aumento no volume, destacando-se o segmento de informação e comunicação (+24,7%) e atividades imobiliárias (+13,4%). A agropecuária, apesar de ter tido uma queda em seu volume em 2012, foi o setor que mais cresceu, com um acréscimo de 14%. Assim a queda do VAB da indústria de transformação denota o fracasso da política de desonerações e subsídios creditícios, que visava incentivar o crescimento da indústria manufatureira.

A tabela 1 apresenta também a participação dos setores econômicos no VAB total calculado a preços correntes, que é influenciada pela variação no volume da produção e pela variação nos preços. Constata-se, no período 2011-2014, a tendência de manutenção do processo de desindustrialização da economia brasileira, com uma queda da participação da indústria na economia e o aumento de participação do setor serviços. A participação da indústria no VAB total a preços básicos passou de 27,2% em 2011 para 23,8% em 2014, declinando 3,4 pontos percentuais (p.p.). O setor serviços que já detinha a maior participação no VAB em 2011, quando representava cerca de 2/3 da economia do país (67,7%), apresentou tendência de crescimento, atingindo 71,2% (+3,5 p.p.) em 2014 do VAB. A agropecuária teve uma participação

instável ao longo de toda série histórica, todavia entre 2011 e 2014 praticamente permaneceu estável, diminuiu sua participação em 0,1 p.p., passando de 5,1% para 5% do VAB.

Tabela 1 – Volume do valor adicionado bruto, contribuição em pontos percentuais (p.p.) para o valor adicionado bruto e participação no valor adicionado bruto total, 2011-2014, em %

	volume do VAB				contrib. em p.p. para o VAB				Participação no VAB (1)			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Agropecuária	5,6	-3,1	8,4	2,8	0,3	-0,2	0,4	0,1	5,1	4,9	5,3	5,0
Indústria	4,1	-0,7	2,2	-1,5	1,1	-0,2	0,6	-0,4	27,2	26,0	24,9	23,8
Indústrias extrativas	3,5	-1,9	-3,2	9,1	0,1	-0,1	-0,1	0,4	4,4	4,5	4,2	3,7
Indústrias de transformação	2,2	-2,4	3,0	-4,7	0,3	-0,3	0,4	-0,6	13,9	12,6	12,3	12,0
Eletr., gás, água, esg., ativ. g. res.	5,6	0,7	1,6	-1,9	0,2	0,0	0,0	0,0	2,7	2,4	2,0	1,9
Construção	8,2	3,2	4,5	-2,1	0,5	0,2	0,3	-0,1	6,3	6,5	6,4	6,2
Serviços	3,5	2,9	2,8	1,0	2,3	2,0	1,9	0,7	67,7	69,1	69,9	71,2
Comércio	2,3	2,4	3,4	0,6	0,3	0,3	0,5	0,1	12,9	13,4	13,5	13,6
Transporte, armazenagem e correio	4,3	2,0	2,6	1,5	0,2	0,1	0,1	0,1	4,4	4,5	4,5	4,6
Informação e comunicação	6,5	7,0	4,0	5,3	0,2	0,3	0,1	0,2	3,7	3,6	3,5	3,4
Ativ. fin., seg. e serv. relac.	6,2	1,5	1,8	-0,6	0,4	0,1	0,1	0,0	6,4	6,4	6,0	6,4
Atividades imobiliárias	1,9	5,1	5,1	0,7	0,2	0,4	0,4	0,1	8,4	8,8	9,2	9,3
Outras atividades de serviços	4,6	3,6	1,6	1,9	0,7	0,6	0,3	0,3	15,9	16,5	16,9	17,4
Adm., def., saúde e ed. púb. e seg. soc.	1,9	1,3	2,2	0,1	0,3	0,2	0,4	0,0	16,1	15,9	16,4	16,4
Total	3,7	1,6	2,9	0,5	3,7	1,6	2,9	0,5	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Calculada a preços correntes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2021).

O crescimento acumulado de 8,9% do VAB entre 2011 e 2014 foi puxado pelo setor serviços. Destes 8,9%, o setor serviços contribuiu com 7,1 p.p., a indústria, com 1,1 p.p. e a agropecuária, com 0,7 p.p.. Em relação ao setor serviços, todos os segmentos apresentaram variação positiva e os que apresentaram maior contribuição para o crescimento do VAB foram outras atividades de serviços (+1,9 p.p.), atividades imobiliárias (+1,1 p.p.) e comércio (+1,1 p.p.), conforme a Tabela 1.

3.2 O PERÍODO 2015-2016

Dilma, eleita para o segundo mandato, ainda, antes da posse, indicou Joaquim Levy como o novo ministro da Fazenda, que propunha uma política de austeridade com um forte ajuste fiscal, visando transformar o déficit primário em superávit e, para tanto, alegava ser necessário reduzir os gastos públicos e aumentar impostos, justamente o que o candidato da oposição Aécio Neves defendia e que a candidata Dilma condenava.

Ao longo de 2015, houve resistência ao pequeno aumento dos impostos previsto por Levy no ajuste fiscal total, fazendo com que a redução dos investimentos

públicos fosse a principal medida no ajuste das contas públicas. Houve também um expressivo reajuste das tarifas públicas de 18,1% no ano, que estavam defasadas, como o da energia elétrica, gás de bujão e da gasolina. O reajuste das tarifas públicas e a desvalorização do real aceleraram a taxa de inflação e, em reação, o Banco Central começou a aumentar a taxa básica de juros, que estava em 11,75% a.a. em dezembro de 2014 para 14,25% a.a. em julho de 2015 e permaneceu neste patamar até outubro de 2016. O quadro foi se deteriorando, atingindo o mercado de trabalho, que passou a ter crescimento expressivo da taxa de desemprego e queda dos salários reais, aumentando a desigualdade salarial e reduzindo o consumo das famílias. A forte recessão reduziu a arrecadação tributária, aumentando o déficit primário e a dívida pública em relação ao PIB, que também foi pressionada pelo aumento da taxa de juros promovido pelo Banco Central e os prejuízos nas operações de swaps cambiais. O fracasso da política econômica adotada levou à perda do país do grau de investimento e à mudança no Ministério da Fazenda, com a substituição de Levy por Nelson Barbosa. O novo ministro queria manter o ajuste fiscal, mas com um gradualismo maior, assim propôs limitar o gasto público em relação ao PIB, a reforma na Previdência Social e ajustes automáticos nos gastos públicos no caso de não cumprimento das metas fiscais (CARVALHO, 2018).

A aprovação da continuidade do processo de cassação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por parte dos deputados do Partido dos Trabalhadores fez com que Cunha aceitasse o pedido de *impeachment* de Dilma, que foi acusada de praticar as “pedaladas” fiscais, por meio do adiamento de pagamentos dos bancos públicos e pela abertura de créditos suplementares. Inflação, juros e desemprego em alta, desvalorização cambial, deterioração das contas públicas, queda nas vendas e dos lucros das empresas e a falta de articulação política fizeram com que o governo perdesse a base de sustentação política, levando à aprovação, no final de agosto de 2016, do *impeachment* de Dilma (CARVALHO, 2018).

Ainda com a instalação do processo de *impeachment* no Senado Federal, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência interinamente em maio de 2016, nomeando Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda, Ilan Goldfajn para o Banco Central e Romero Jucá para o Ministério do Planejamento. Temer assumiu o governo com o compromisso junto ao empresariado de aprovar as reformas

estruturais, como a da Previdência Social, a Trabalhista e a do Teto de Gastos Públicos e não aumentar os impostos. Em dezembro de 2016, a PEC 095/2016 do Teto de Gastos Públicos foi aprovada, vinculando, por vinte anos, o aumento das despesas primárias do governo federal à variação da inflação do ano anterior. Assim mesmo que a arrecadação tributária aumentasse acima da inflação, a expansão do gasto público ficaria limitada a correção pela inflação, impedindo que a política fiscal pudesse ter um caráter anticíclico (BRUNO, 2018, OREIRO; DE PAULA, 2021). Portanto, os gastos sociais, como em educação e saúde, deixavam de ficar vinculados à arrecadação de tributos e, com o passar dos anos, tenderiam a diminuir em termos relativos, tanto em relação à receita tributária como em relação ao PIB, prejudicando a população em geral e, principalmente, os mais vulneráveis que utilizam mais os serviços públicos. Por outro lado, a estagnação da massa salarial, o elevado comprometimento da renda das famílias com o serviço das dívidas, o aumento da informalidade, a perda do poder de barganha dos trabalhadores e a incertezas em relação à manutenção do emprego e da renda deprimiam a demanda por crédito das famílias em geral e para aquisição de imóveis e de bens duráveis (PAIM; LARA 2018).

O governo entendia que o ajuste fiscal e a contenção da inflação estimulariam o investimento do setor privado, retomando o crescimento da economia e a geração de emprego. Mas o ajuste fiscal, ao reduzir os gastos e investimentos públicos e manter as desonerações tributárias, tinha um caráter recessivo, reduzindo a arrecadação tributária, aumentando o déficit primário e a dívida pública bruta e líquida. Assim, a causa da crise não estava no excesso de gastos públicos e sim, ao contrário, na falta de gastos, em geral, tanto privados ou públicos, que estimulassem a demanda efetiva induzindo a geração de empregos.

No biênio 2015-2016, ocorreu uma queda expressiva do PIB (-6,7%), do PIB per capita (-8,3%) e da taxa de investimento (de 19,9% em 2014 para 15,5% em 2016), uma piora significativa no mercado de trabalho e um aumento da concentração de renda. A inflação se acelerou e manteve-se elevada. Houve uma significativa piora nas contas públicas, com aumento dos *déficits* públicos-primário e total e da dívida líquida pública (+13,5 pontos percentuais) em relação ao PIB. Entretanto, no setor externo, houve uma melhora do saldo comercial e de transações correntes, decorrente, em parte, da própria crise econômica e da desvalorização do real. De 2014

para 2016, a taxa média de desemprego aumentou de 6,8% para 11,5% e o rendimento médio mensal caiu 3,3%. A crise econômica de 2015-2016 deve ser atribuída, principalmente, a fatores internos, pois a economia mundial e o comércio mundial de bens e serviços cresceram 3,4% e 2,6% em média a.a., respectivamente. Embora as causas da crise sejam internas, o setor externo teve influência indireta sobre o agravamento da crise, devido ao aumento do endividamento das empresas em moeda estrangeira e do correspondente serviço da dívida, a participação das multinacionais na indústria nacional, a participação das empresas produtoras de commodities na Bolsa de Valores e os prejuízos do Banco Central com as operações de swaps cambiais, entre outros (BIANCARELLI; ROSA; VERGNHANINI, 2018). A crise foi potencializada pela adoção de uma política monetária e fiscal contracionista, desestimulando o investimento e o consumo das famílias.

Os impostos sobre os produtos deduzidos os subsídios continuaram apresentando tendência de queda no período 2015-2016. Representaram 14% do PIB em 2014 e 2015 e diminuíram para 13,6% em 2016, quando atingiram o valor mínimo da série histórica.

O volume do VAB apresentou queda de 6% no acumulado no período 2015-2016 e os três setores apresentam redução na atividade econômica, sendo a indústria o setor mais prejudicado com queda acumulada de 10,1%, devido, em grande parte, à política monetária contracionista praticada no período, que aumentou as taxas de juros e afetou, principalmente, a indústria de construção (-18,1%), que depende de crédito e financiamento, e a de transformação (-12,8%). O setor serviços teve uma redução de 4,9%, com destaque para a queda no comércio (-13,4%) e em transporte, armazenagem e correio (-9,7%). Já a agropecuária foi o setor menos afetado, com declínio de 2,1% no acumulado (Tabela 2).

Tabela 2 - Volume do valor adicionado bruto, contribuição em pontos percentuais (p.p.) para o valor adicionado bruto e participação no valor adicionado bruto total, 2015-2016, em %

	volume do VAB		contrib. em p.p. para o VAB		Participação no VAB (1)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Agropecuária	3,3	-5,2	0,2	-0,3	5,0	5,7
Indústria	-5,8	-4,6	-1,4	-1,0	22,5	21,2
Indústrias extrativas	5,7	-1,2	0,2	0,0	2,1	1,0
Indústrias de transformação	-8,5	-4,8	-1,0	-0,6	12,2	12,5
Eletr., gás, água, esg., ativ. g. res.	-0,4	6,5	0,0	0,2	2,4	2,7
Construção	-9,0	-10,0	-0,6	-0,6	5,7	5,1

Serviços	-2,7	-2,2	-1,9	-1,6	72,5	73,1
Comércio	-7,3	-6,6	-1,0	-0,9	13,3	12,9
Transporte, armazenagem e correio	-4,3	-5,6	-0,2	-0,2	4,4	4,4
Informação e comunicação	-0,9	-2,0	0,0	-0,1	3,4	3,3
Ativ. fin., seg. e serv. relac.	-1,2	-3,4	-0,1	-0,2	7,1	7,9
Atividades imobiliárias	-0,4	0,2	0,0	0,0	9,7	9,7
Outras atividades de serviços	-3,7	-1,3	-0,6	-0,2	17,4	17,5
Adm., def., saúde e ed. púb. e seg. soc.	0,2	0,3	0,0	0,0	17,2	17,4
Total	-3,2	-2,9	-3,2	-2,9	100,0	100,0

Nota: (1) Calculada a preços correntes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2021).

Entre 2014 e 2016 aumentou a participação da agropecuária de 5% para 5,7% (+0,7 p.p.), respectivamente, do VAB. O setor serviços manteve a tendência de crescimento de participação no VAB, passando de 71,2% em 2014 para 73,1% (+1,9 p.p.) em 2016. Por outro lado, a indústria perdeu participação passando de 23,8% em 2014 para 21,2% (-2,6 p.p.) em 2016. A queda na participação da indústria entre 2014 e 2016 deveu-se a significativa diminuição nas indústrias extrativas, que passou de 3,7% para apenas 1%, e na construção, que diminuiu de 6,2% para 5,1% do VAB, respectivamente. Todavia os segmentos de transformação e serviços industriais de utilidade pública (SIUP) apresentaram aumento de participação, mas insuficiente para compensar a queda nas indústrias de construção e extrativa mineral. O crescimento na participação do setor serviços entre 2014 e 2016 se deveu aos setores de atividades financeiras e seguros, atividades imobiliárias e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, que mais que compensaram a queda na participação dos segmentos de comércio; transporte, armazenamento e correio; e informação e comunicação.

Do total de 6% da queda do VAB no acumulado, no biênio 2015-2016, o setor serviços contribuiu negativamente com -3,5 p.p., a indústria, com -2,4 p.p. e a agropecuária com -0,1 p.p.. No setor industrial, a crise econômica afetou principalmente a contribuição da indústria de transformação (-1,6 p.p.) e de construção (-1,1 p.p.). No setor serviços, as maiores contribuições negativas foram oriundas do comércio (-1,9 p.p.) e de outras atividades de serviços (-0,9 p.p.).

3.3 O PERÍODO 2017-2019

No período 2017-2019, o governo fez reformas de cunho neoliberal, como a trabalhista em 2017, no governo Temer, e a previdenciária (PEC 103/2019) em 2019,

no governo Bolsonaro. A Reforma Trabalhista, que buscava reduzir o custo do trabalho para as empresas, foi aprovada em julho de 2017 e passou a vigorar a partir de novembro, flexibilizando a legislação trabalhista, permitindo, entre outros, a terceirização irrestrita, o trabalho intermitente e a contribuição sindical opcional. A partir da revelação das gravações da conversa do empresário Joesley Batista, do grupo JBS, com o presidente Temer, em maio de 2017, o governo ficou refém de sua base de apoio no Congresso, inviabilizando a aprovação da Reforma da Previdência, e passou a trocar o apoio político no Congresso por liberação das verbas das emendas dos parlamentares.

A reforma previdenciária de 2019 acabou com a aposentadoria por tempo de serviço e estipulou a idade mínima, para aposentadoria, de 65 para homens e 62 para mulheres, alterou as regras para pensões e passou a computar todas as contribuições desde 1994 para o cálculo do benefício.

No período 2017-2019, foi adotada uma política ortodoxa liberal. A política fiscal foi restritiva, reduzindo o déficit primário de 2,5% do PIB em 2016 para 0,8% em 2019. Por outro lado, em relação à política monetária, houve uma queda expressiva na taxa de juros SELIC, de 14,25% no início de 2016 para 4,5% no final de 2019, mesmo assim as taxas de desemprego (média de 12,3% a.a.) se mantiveram extremamente elevadas. Mesmo com a redução do déficit primário e juros da dívida pública em relação ao PIB, houve, entre 2016 e 2019, um aumento significativo da dívida pública líquida em relação ao PIB (+8,6 pontos percentuais). O setor externo contribuiu negativamente para o crescimento da economia, pois a taxa de crescimento das importações de bens e serviços foi maior que a das exportações. Houve uma redução do superávit comercial e aumento do déficit em transações correntes (-24,5 bilhões de dólares em 2016 para -65 bilhões de dólares em 2019). Por outro lado, a inflação desacelerou (8,7% em 2016 para 3,7% em 2019). Assim, a aplicação das políticas neoliberais no Brasil, ao gerar um baixo crescimento da economia, não atingiram o propalado equilíbrio das contas públicas, pelo contrário, a dívida pública como proporção do PIB aumentou e houve o agravamento da situação externa, crescendo a dependência do país em relação ao exterior e exacerbaram as desigualdades sociais, com o empobrecimento da população, aumento na concentração de renda pessoal e da insegurança alimentar.

O período 2017-2019 marca uma tímida recuperação da economia. No acumulado do triênio, o PIB real cresceu 4,4% e o PIB real per capita, apenas 1,9%. A taxa de investimento que foi de 15,5% em 2016, diminuiu em 2017 para 14,6%, valor mínimo da série histórica, e depois retorna aos 15,5% do PIB em 2019. Houve piora também na distribuição funcional e pessoal da renda e aumento da taxa de informalidade do trabalho. A remuneração dos empregados, que chegou a 44,7% do PIB, recuou para 43,5% em 2019. A reforma trabalhista de 2017, tida como a solução para retomada do desenvolvimento, não atingiu o objetivo propalado, pois houve uma pequena expansão no nível de emprego e a maior das ocupações gerada era informal, de baixa qualificação e remuneração, restringindo ao aumento da massa salarial e do consumo das famílias (OREIRO; DE PAULA, 2021).

A participação dos impostos sobre os produtos líquido de subsídios no PIB aumentou no período 2017-2019. Cresce de 13,6% (2016), para 13,9% (2017), 14,2% (2018) e depois diminuiu para 14% (2019).

No triênio 2017-2019, o VAB aumentou 4% no acumulado, com os setores econômicos apresentando um crescimento bem heterogêneo, a agropecuária cresceu 16,1%, o setor serviços, 4,4% e a indústria declinou 0,5%, conforme a Tabela 3. A redução do volume da produção industrial foi decorrente da queda do segmento de construção (-10,3%) e das indústrias extrativas (-4,3%), entretanto os segmentos da indústria de transformação (+3,3%) e os SIUP (+7,3%) apresentaram crescimento. Os segmentos do setor serviços que mais cresceram foram informação e comunicação (+7,9%), atividades imobiliárias (+7,2%) e outras atividades de serviços (+7,1%) (Tabela 3). O segmento de construção foi duramente afetado desde 2014 até 2018 em função da apuração das denúncias da operação Lava Jato, que criminalizou as principais construtoras do país e devido à redução dos investimentos públicos.

Entre 2016 e 2019 a participação da agropecuária no VAB diminuiu de 5,7% para 4,9% (-0,8 p.p.), respectivamente. A indústria teve um pequeno incremento na participação do VAB, passou de 21,2% em 2016 para 21,8% (+0,6 p.p.) em 2019, que é explicado pelo significativo aumento de participação das indústrias extrativas (de 1% para 2,9%, respectivamente) e dos SIUP (de 2,7% para 3%, respectivamente), que mais que compensaram as reduções nas participações da indústria de transformação (de 12,5% para 12%) e de construção (de 5,1% para 3,9%). O setor serviços aumentou sua

participação no VAB em 0,2 p.p. entre 2016 e 2019, passando de 73,1% em 2016 para 73,3% em 2019, que foi puxado pelo segmento de outras atividades de serviço (de 17,5% para 18,1% respectivamente) que, por sua vez, superou a queda na participação do segmento de atividades financeiras e seguros (de 7,9% para 7,2%, respectivamente), como mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Volume do valor adicionado bruto, contribuição em pontos percentuais (p.p.) para o valor adicionado bruto e participação no valor adicionado bruto total, 2015-2016, em %

	volume do VAB			contrib. em p.p. para o VAB			Participação no VAB (1)		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Agropecuária	14,2	1,3	0,4	0,8	0,1	0,0	5,3	5,2	4,9
Indústria	-0,5	0,7	-0,7	-0,1	0,2	-0,1	21,1	21,8	21,8
Indústrias extrativas	4,9	0,4	-9,1	0,1	0,0	-0,2	1,6	2,7	2,9
Indústrias de transformação	2,3	1,4	-0,4	0,3	0,2	-0,1	12,4	12,3	12,0
Eletr., gás, água, esg., ativ. g. res.	0,9	3,7	2,6	0,0	0,1	0,1	2,8	2,9	3,0
Construção	-9,2	-3,0	1,9	-0,5	-0,1	0,1	4,3	4,0	3,9
Serviços	0,8	2,1	1,5	0,6	1,5	1,1	73,5	73,0	73,3
Comércio	2,3	2,6	1,6	0,3	0,3	0,2	13,2	13,0	12,9
Transporte, armazenagem e correio	1,0	2,1	0,1	0,0	0,1	0,0	4,3	4,4	4,5
Informação e comunicação	1,4	1,8	4,5	0,0	0,1	0,2	3,4	3,4	3,4
Ativ. fin., seg. e serv. relac.	-1,1	1,0	1,1	-0,1	0,1	0,1	7,6	7,0	7,2
Atividades imobiliárias	1,3	3,3	2,4	0,1	0,3	0,2	9,8	9,8	9,7
Outras atividades de serviços	0,7	3,5	2,8	0,1	0,6	0,5	17,6	17,9	18,1
Adm., def., saúde e ed. púb. e seg. soc.	0,1	0,1	-0,4	0,0	0,0	-0,1	17,6	17,4	17,4
Total	1,3	1,8	1,0	1,3	1,8	1,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (1) Calculada a preços correntes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados constantes em IBGE (2021).

No triênio 2017-2019, do aumento 4% do VAB no acumulado, o setor serviços contribuiu com +3,2 p.p., a agropecuária, com +0,9 p.p. e a indústria, com -0,1 p.p.. Todas as atividades do setor serviços apresentaram crescimento, sendo este puxado por outras atividades de serviços (+1,2 p.p.) e comércio (+0,9 p.p.), conforme Tabela 3.

Fazendo um balanço do período de nove anos da série histórica, entre 2011 e 2019, os impostos sobre produtos líquidos de subsídios diminuíram sua participação no PIB. No acumulado, entre 2011 e 2019, o VAB total, em termos de volume, aumentou 6,6%, com os setores econômicos apresentando resultados bem heterogêneos. De um lado, a agropecuária (+29,7%) foi o setor que mais cresceu seguido pelo setor serviços (+9,7%). Por outro lado, a indústria foi o mais prejudicado, com retração de 6,9%. O que é preocupante, pois a indústria é o setor que emprega trabalhadores mais qualificados, que tem uma produtividade, remuneração e benefícios maiores que a média da economia. Entre 2011 e 2019, dos 6,6% de crescimento do VAB no acumulado, 6,6 p.p. foram oriundos do setor serviços, 1,5 p.p.,

da agropecuária, porém a indústria contribuiu negativamente com (-1,4 p.p). Comparando-se o ano de 2011 com 2019, verificou-se a ocorrência de mudanças estruturais na composição do VAB, com o aumento da participação relativa do setor serviços, de 67,7% para 73,3% (+5,6 p.p.), respectivamente, e quedas nas participações da indústria, de 27,2% para 21,8% (-5,4%), respectivamente, e da agropecuária, de 5,1% para 4,9% (-0,2 p.p.), respectivamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período 2011-2014, a economia brasileira cresceu e houve melhora no mercado de trabalho, com redução das taxas de desemprego e de informalidade e aumento dos rendimentos médios. Diminuiu a participação dos impostos líquidos sobre produtos no PIB e, em termos de volume de produção, a agropecuária foi o setor que mais cresceu seguido pelo setor serviços. A indústria apresentou um baixo crescimento, com destaque positivo para a indústria de construção, e negativo para a indústria de transformação, que apresentou redução no volume produzido. Verificou-se a tendência de manutenção do processo de desindustrialização da economia brasileira, com a diminuição da participação do setor no valor adicionado bruto total e aumento da participação do setor serviços. O resultado negativo da indústria de transformação demonstra o fracasso da política de desonerações tributárias e de subsídios creditícios que visavam estimular o crescimento do setor manufatureiro.

No biênio 2015-2016, em decorrência da crise política e institucional, a economia brasileira vivenciou uma profunda crise, que decorre basicamente de fatores internos, pois a economia e o comércio mundiais continuaram se expandindo no período. A política de austeridade, baseada em políticas fiscal e monetária restritivas, gerou a uma queda expressiva do PIB real, do PIB per capita e da taxa de investimento. Reduziram-se os rendimentos do trabalho e aumentaram as taxas de desemprego, de informalidade e a concentração de renda. Os impostos sobre produtos deduzidos os subsídios mantiveram a tendência de queda em relação ao PIB e os três setores econômicos tiveram redução no volume de produção, sendo a indústria o setor mais afetado vindo, na sequência, o setor serviços e, por fim, a agropecuária. Na indústria, a queda no volume de produção foi puxada pelas indústrias de construção e de transformação e no setor serviços, pelos segmentos de

comércio e de transportes, armazenagem e correios. Na medida em que o desempenho da indústria foi pior que o do setor serviços, por consequência, diminuiu a participação da indústria e aumentou a do setor serviços no valor adicionado bruto, mantendo assim, no período, a tendência de desindustrialização.

No triênio 2017-2019, houve um pequeno crescimento da atividade econômica, mas insuficiente para recuperar a queda causada em 2015 e 2016. Ocorreu uma pequena recuperação na participação dos impostos sobre produtos deduzidos os subsídios no PIB. De um lado, a agropecuária foi o setor que teve o maior aumento percentual em termos de volume, vindo à sequência o setor serviços, por outro lado, a indústria apresentou queda no período. Em termos de participação no valor adicionado bruto total, houve uma queda na participação da agropecuária e um aumento da indústria e do setor serviços, destacando-se positivamente, na indústria, o segmento de indústrias extrativas e negativamente, a de construção e de transformação.

Comparando-se os dados de 2011 com os de 2019, constatou-se uma queda na participação dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios em relação ao PIB. Em termos de volume, a agropecuária foi o setor que mais cresceu seguido pelo setor serviços, por outro lado, a indústria declinou puxada pela retração da indústria de construção e de transformação. Em termos de participação dos setores, ocorreu uma mudança estrutural na composição no valor adicionado bruto, com o aumento da participação do setor serviços e tendência de manutenção do processo de desindustrialização da economia, principalmente dos segmentos de transformação, construção e extrativas. Em relação ao setor serviços, os segmentos que mais aumentaram de participação foram os administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social, outras atividades de serviços, atividades imobiliárias e atividades financeiras e seguros.

Resumindo, o período 2011-2019 e a década de 2010 ficarão marcados como um período de estagnação econômica, com o empobrecimento da população, aumento das taxas de desemprego, de informalidade, de precarização do trabalho e da insegurança alimentar. Faz-se necessário retomar o crescimento em bases sustentáveis, para tanto é necessário o estabelecimento de um plano nacional de desenvolvimento, baseado no investimento na área social, na recuperação da

infraestrutura econômica e em ciência e tecnologia combinada com a preservação do meio ambiente e mudanças na matriz energética. Para tanto, é necessário articular as políticas fiscal, monetária, cambial e de rendas, visando estabelecer as condições para a retomada do desenvolvimento socioeconômico combinado com uma política de redistribuição de renda.

REFERÊNCIAS

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2021. *Séries temporais*. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BIANCARELLI, A.; ROSA, R.; VERGNHANINI, R. 2018. O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Orgs.) *Para além da política econômica*. São Paulo, Editora Unesp Digital, p.91-125.

BRUNO, M. 2021. Os governos Dilma Rousseff: da "nova matriz macroeconômica" ao golpe de 2016. In: ARAUJO, V. L. de; MATTOS, F. A. M. de (Orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo, Hucitec. p. 517-35

CARVALHO, L. 2018. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo, Todavia. 192 p.

IBGE. 2021. *SCN - Sistema de contas nacionais*. Tabelas. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 1 ago. 2021.

IBGE. 2022. *Sistema de contas nacionais trimestrais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=30161&t=destaques>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

IPEADATA. 2022. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

KEYNES, J. M. 2012. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Saraiva. 383 p.

MELLO, G.; ROSSI, P. 2018. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Orgs.) *Para além da política econômica*. São Paulo, Editora Unesp Digital. p.245-82.

OREIRO, J.L.; DE PAULA, L.F. 2021. *Macroeconomia da estagnação brasileira*. Rio de Janeiro: Alta Books.

PAIM, B.; LARA, F. M. 2018. Crédito e gasto privado no Brasil: da recessão à lenta recuperação. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.45, n.3, p.9-28.
SERRANO, F.; SUMMA, R. 2012. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. *Oikos*, Rio de Janeiro, v.11, n.2.

SERRANO, F.; SUMMA, R. 2015. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. *Nova Economia*, v.25, n.4, p. 803-833.

VERNENGO, M. 2011. *The Brazilian economy after Lula: What to expect?* CESifo Forum, ifo Institute – Leibniz Institute for Economic Research at the University of Munich. v.12, n.1, p-17-22.